



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/02/2016

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	2
2.2. COMARCAS.....	3
2.3. DECISÕES.....	4 - 5
2.4. DESEMBARGADOR.....	6
2.5. PROJETO CASA DA CRIANÇA.....	7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	8
3.2. JUÍZES.....	9
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. VARA CRIMINAL.....	10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DESEMBARGADOR.....	11
5.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	12
5.3. POSSE.....	13
5.4. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	14

Unidade de Monitoramento Carcerário define ações prioritárias em 2016

A Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão definiu o plano de trabalho de 2016, cuja execução ocorrerá em 12 etapas.

Apresentado em reunião no Centro Administrativo do Poder Judiciário, o plano traz como ações prioritárias as audiências de custódia, cadastro de presos e as medidas socioeducativas na área da criminalidade infantil, apoiando os magistrados que atuam diretamente com a questão.

“Atuaremos de forma contínua e efetiva para cumprir rigorosamente nosso organograma de trabalho, fazendo o monitoramento de presos e relatórios sistemáticos com números atualizados sobre o sistema carcerário”, explica o desembargador Froz Sobrinho, acrescentando que “a identificação dos detentos é de suma importância para a solução dos problemas que envolvem a questão carcerária no Estado”.

Sobre a questão da criminalidade infantil, o magistrado falou que o crime organizado está usando menores para práticas delituosas. Segundo



Execução ocorrerá em 12 etapas

ele, o objetivo é evitar que adolescentes sigam o perigoso caminho da criminalidade.

“A UMF elegeu como uma das prioridades a questão da criminalidade infantil e desenvolverá um trabalho com foco na questão da infância e juventude, no que diz respeito às medidas socioeducativas”, frisou o desembargador.

MESA-REDONDA – Ao

final da reunião, foi marcada para o dia 3 de março, às 19h, uma Mesa-Redonda para discutir o tema “Incesto, Pedofilia e Sexualidade Infantil”, com a participação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Participaram da reunião os juízes Fernando Mendonça (2ª VEP), Vanessa Machado Jordão (Comarca de Alto Parnaíba), Gladis-

ton Luís Cutrim e Rosângela Prazeres (Auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça), Artur Gustavo Azevedo do Nascimento (Representante da AMMA), Celso Serafim Junior, Lewman de Moura Silva (1ª Vara Criminal), além do defensor público, Heider Santos, e da representante da SEJAP, Camila Barbosa Neves.

Renegociação de Dívidas

A cidade de Imperatriz vai sediar, de 15 a 17 de março, o “Balcão de Renegociação de Dívidas”, no Shopping Imperial.

A ação integra o programa “Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos”, idealizado pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão para ampliar as oportunidades de acordos com clientes em situação de inadimplência.

A primeira reunião com as empresas e instituições parceiras foi conduzida pelo juiz diretor do Fórum, Marcos Antonio Oliveira, e pela juíza titular da 2ª Vara Cível, Ana Beatriz Maia, no Salão do Júri do Fórum Ministro Henrique de La Roque, em Imperatriz.

Crianças vítimas de violência têm sala especial

Mais de 20 municípios maranhenses já instalaram salas para depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica

Vinte e quatro Comarcas do Maranhão, além da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) já têm sala para depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica em processos judiciais.

Os espaços especiais são estruturados com equipamentos audiovisuais, interligados a uma sala de audiência onde ficam instalados juiz, promotor, advogados e partes, e estão sendo utilizados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Nas salas, a criança é recebida 30 minutos antes da audiência. A sessão é conduzida por profissional competente (psicólogo ou assistente social).

Os equipamentos de transmissão de áudio e vídeo permitem que

SAIBA MAIS

Comarcas que têm salas especiais

Caxias
Timon
Pedreiras
Presidente Dutra
Chapadinha
São Bernardo
Santa Luzia do Paruá
Pinheiro
Raposa
Porto Franco
Balsas
Bacabal

Santa Inês
São João dos Patos
São Luís
Coroatá
São Mateus
Codó
Itapecuru-Mirim
Maracaçumé
Imperatriz
Zé Doca
São José de Ribamar
Paço do Lumiar

outros possam ver, ouvir e participar fazendo perguntas ao facilitador. Após o depoimento, o magistrado decide sobre o andamento

do processo e as implicações para as partes envolvidas.

O procedimento leva em consideração o estágio de desenvolvimento



Sala para depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência de Timon

da criança e o grau de compreensão dos fatos, evitando qualquer tratamento intimidativo ou constrangedor.

Humanização

O depoimento especial humaniza o atendimento e evita a revitimização das crianças e adolescentes. É uma alternativa para a oitiva de forma menos danosa. As vítimas

e testemunhas ficam à vontade para narrar o que ocorreu, sem sofrerem nenhum tipo de constrangimento ou ameaça.

No Maranhão, o primeiro espaço especializado na coleta do depoimento de crianças foi instalado em 2008, no Fórum de Coelho Neto, antes mesmo da recomendação feita pelo Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), em 2010. O espaço é coordenado pela juíza Karla Jeane Matos, titular daquela comarca. ●

NA WEB

Mais notícias de Cidades em: oestadoma.com

Biné Moraes



Ainda em Pedrinhas

Justiça mantém prefeito Ribamar Alves preso

A Procuradoria Geral de Justiça manteve a prisão preventiva do prefeito de Santa Inês, Ribamar Alves, acusado de estupro, e indeferiu o pedido de revogação da prisão. **POLÍCIA 5**

Justiça mantém a preventiva do prefeito Ribamar Alves

Parecer da procuradora-geral Regina Lúcia Almeida foi divulgado ontem à tarde; defesa agora aguarda apreciação da decisão pelo desembargador Vicente de Paula Gomes, que deve sair hoje

A procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia Almeida, manteve ontem a prisão preventiva do prefeito de Santa Inês, José de Ribamar Costa Alves (PSB), que foi homologada no último dia 30 pelo desembargador Froz Sobrinho, e ainda indeferiu o pedido de revogação da prisão solicitada pelo advogado de defesa, Ronaldo Ribeiro. O gestor municipal Ribamar Alves está sendo acusado de ter estuprado uma jovem de 18 anos, no dia 28 de janeiro deste ano, e desde a última sexta-feira está preso no Complexo

Penitenciário de Pedrinhas.

A decisão da procuradora foi expedida no período da tarde de ontem e encaminhada para o desembargador relator do processo, Vicente de Paula Gomes de Castro. Segundo informações do advogado Ronaldo Ribeiro, no momento a defesa do prefeito Ribamar Alves vai aguardar o desembargador apreciar a decisão da procuradoria para poder tomar as providências cabíveis no caso. "A ideia da defesa é esgotar todos os pedidos de liberação do nosso cliente, que podem ser

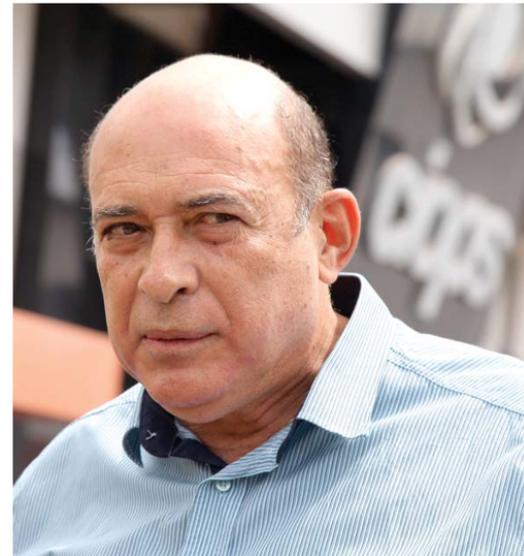
feito no Tribunal de Justiça do Maranhão, para poder partir para o Supremo Tribunal de Justiça, em Brasília", declarou o advogado.

Defesa pode recorrer da decisão ao TJ

Ribamar Alves foi preso na última sexta-feira em sua residência, na cidade de Santa Inês, e conduzido para a Superintendência da

Polícia Civil do Interior, em São Luís onde foi ouvido pela delegada titular da Delegacia da Mulher, Joeselma Almada. Ela lavrou o flagrante pelo crime de estupro, e o desembargador Froz Sobrinho, ainda no mesmo dia, homologou o flagrante por não haver qualquer irregularidade material e formal.

O prefeito primeiramente foi encaminhado para o Centro de Triagem de Pedrinhas, mas no domingo, 31, foi transferido para o Presídio São Luís I, em Pedrinhas, onde está preso, à disposição da Justiça. ●



Prefeito Ribamar Alves teve prisão preventiva mantida pela Justiça

MP quer impedir liberdade de agiota

A procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, interpôs, ontem, mandado de segurança, com pedido de liminar, para tornar sem efeito o habeas corpus, do desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, que concedeu, no domingo, 31, liberdade ao acusado Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan.

Ele foi denunciado pelo Ministério Público, ao lado de outros acusados, e estava cumprindo prisão preventiva, em razão de diversos crimes relacionados à prática de agiotagem no estado, corrupção e desvios de recursos públicos.

Josival Cavalcante da Silva seria o líder de uma organização criminosa que atua na prática de agiotagem. O acusado estava preso por ordem da Justiça de Bacabal, que acolheu a denúncia do MPMA.

“Ao determinar, sem justificativa, a liberdade do acusado, a decisão causou relevante abalo à ordem pública, em virtude da elevada periculosidade do mesmo, além de prejudicar a conveniência da instrução processual”, frisou a procuradora.●

Casa da Criança se torna referência em Itapecuru

Instalado em 1997, o espaço que acolhe crianças vítimas de abandono e maus-tratos até 3 anos, foi visitado por quatro funcionários municipais

ITAPECURU-MIRIM

A Casa da Criança Menino Jesus, localizada em Itapecuru-Mirim, e que atende crianças de até 3 anos vítimas de abandono e maus-tratos, tomou-se referência para os servidores da Prefeitura, que atuam na Unidade de Acolhimento Institucional Sorriso da Criança. A casa é mantida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Fundação da Cidadania e Justiça.

Fundada em 1997, a Casa da Criança foi visitada por quatro funcionários municipais por indicação da juíza da Comarca de Itapecuru-Mirim, Laysa de Jesus Mendes.

Os servidores conheceram a rotina das crianças abrigadas e o atendimento prestado pelos profissionais da casa, durante capacitação ministrada pela assistente

social Joina Marinho e pela psicóloga Carolina Monteiro.

Os servidores atuarão nas áreas de coordenação, serviço social, psicologia, desenvolvendo também funções de cuidador. Na área de assistência social foram abordados as

Servidores conheceram a rotina da casa

diferentes modalidades de acolhimento institucional e os marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os procedimentos necessários para efetivar o acolhimento também fizeram parte da capacitação, a partir do acolhimento logo na chegada da

criança, além do preenchimento do Plano Individual de Atendimento (PIA) - documento no qual devem constar todos os dados da criança acolhida e também do acolhimento.

Capacitação

A realização do estudo social e das visitas domiciliares e institucionais complementou a capacitação. Para Joina Medeiros, a experiência como multiplicadora foi um momento de aprendizado e conhecimento mútuo.

Em uma roda de conversa, a psicóloga Carolina Monteiro compartilhou as experiências da sua área de atendimento e reforçou a importância da guia de acolhimento. Ela destacou a capacitação como uma troca enriquecedora capaz de criar possibilidades de visitar e rever as práticas já aplicadas. ●

Renegociação de dívidas

O Poder Judiciário do Maranhão promove, no período de 15 a 17 de março, mais uma edição do *Balcão de Renegociação de Dívidas*, desta vez na cidade de Imperatriz, distante 629 km de São Luís. O evento – que conta com o apoio do Procon – ocorrerá durante a Semana do Consumidor, no Shopping Imperial daquela cidade. A ação integra o programa *Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos*, idealizado pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para ampliar as oportunidades de acordos com clientes em situação de inadimplência.



Empossa nova juíza da Comarca de Paulo Ramos

A presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Maria das Graças Duarte, empossou nesta quarta-feira (3) a nova juíza da Comarca de Paulo Ramos, Vanessa Machado Lordão. A posse ocorreu em sessão plenária administrativa do TJMA. Removida da Comarca de Alto Parnaíba, pelo critério de antiguidade, a magistrada faz parte da última turma de juízes, nomeados pelo Tribunal de Justiça, em julho de 2015. Durante a sessão, foram aprovadas as remoções dos juízes Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim (Comarca de Turiaçu) para a Comarca de Humberto de Campos – pelo critério de merecimento –, e de Alessandro Arrais Pereira (Comarca de Timbiras) para a 2ª Vara de Grajaú, pelo critério de antiguidade.

Irmãos Teotônio serão transferidos de volta para Imperatriz

Os irmãos Cicera Célia Teotônio Ventura, Laércio Ribeiro Teotônio e Daniel Ribeiro Teotônio serão transferidos de volta a Imperatriz. Os três se encontram em locais diferentes no Complexo Penitenciário de Pedrinhas desde o dia 12 de janeiro de 2016.

A informação foi passada nessa quinta-feira (4) pela advogada Helena Amorim, que foi constituída pelos irmãos Teotônio. Segundo a advogada, ela solicitou ao juiz da 2ª Vara Criminal, Marco Antonio, onde corre o processo do caso Pedro Ventura, o retorno dos três irmãos para Imperatriz, tendo em vista que a família deles reside na cidade, conforme

determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O magistrado deferiu o pedido e os irmãos voltarão para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI), onde aguardarão determinação da Justiça.

Reconstituição - O delegado Carlos César Andrade, que preside o inquérito do caso Pedro Ventura, informou que existe a possibilidade de ser realizada a constituição do crime. Segundo o delegado Andrade, isso é necessário tendo em vista que o crime não tem testemunha, embora Cicera Célia tenha confessado a autoria do assassinato.

A reconstituição do crime ou reprodução simulada dos fatos vem prevista no art. 7º do Código de Processo Penal.

“Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública. Trata-se de instituto do qual poderá lançar mão a autoridade investigadora para esclarecer determinados aspectos do fato supostamente delituoso, mormente nos de difícil elucidação quanto ao modus operandi do agente”, disse o delegado Andrade.

Selo Diamante

Os desembargadores Lourival Serejo (presidente) e Raimundo Barros (corregedor), acompanhados de seus juízes auxiliares Reginaldo Cordeiro e Samira Heluy (representando a Associação dos Magistrados), anunciaram na tarde desta quinta-feira (2 de fevereiro), que lutarão pela conquista em 2016 do Selo Diamante concedido pelo Conselho Nacional de Justiça. Para gerar melhores resultados e cumprir tudo que vem sendo demandado e recomendado pelo CNJ, Tribunal de Contas da União e Tribunal Superior Eleitoral, reuniões periódicas serão realizadas com o objetivo de atualizar dados exigidos pelo Justiça em Números.

“No ano passado, os TREs Piauí e Sergipe receberam o Selo Ouro. Nós podemos ir além, alcançando o Selo Diamante, instituído pela Portaria CNJ 125/2015. O que acham?”, desafiou Serejo ao abrir a primeira reunião do Conselho Gestor do TRE-MA do ano corrente.

Seleção

O 2º Juizado Especial Criminal, localizado no Bairro do Anil, lançou edital para seleção de projetos sociais. Podem participar instituições públicas ou privadas com finalidade social, sediadas em São Luís que apresentem projeto com validade de implementação segundo a necessidade e utilidade da instituição, na área social, relativo à educação, saúde, assistência à pessoa carente, tratamento de dependentes de drogas, e projetos de ressocialização de apenados. As inscrições tiveram início no dia 1º de fevereiro e seguem até o dia 10 de março, podendo ser feitas no horário de 08:00h às 17:00h na sede do juizado, que fica na Av. Casemiro Júnior, 260, no Anil.

TJMA empossa nova juíza da Comarca de Paulo Ramos

A presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Maria das Graças Duarte, empossou, na quarta-feira (3), a nova juíza da Comarca de Paulo Ramos, Vanessa Machado Lordão. A posse ocorreu em sessão plenária administrativa do TJMA. Removida da Comarca de Alto Parnaíba, pelo critério de antiguidade, a magistrada faz parte da última turma de juízes, nomeados pelo Tribunal de Justiça, em julho de 2015. Durante a sessão, foram aprovadas as remoções dos juízes Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim

(Comarca de Turiaçu) para a Comarca de Humberto de Campos – pelo critério de merecimento –, e de Alessandro Arrais Pereira (Comarca de Timbiras) para a 2ª Vara de Grajaú, pelo critério de antiguidade.

Na ocasião, foi aprovada, também, a indicação dos juízes auxiliares Andrea Cysne Frota Maia e Flávio Roberto Ribeiro Soares para atuarem junto à Central de Inquéritos do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís. A indicação foi feita pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

Unidade de Monitoramento Carcerário define prioridades

A Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão definiu o plano de trabalho de 2016, cuja execução ocorrerá em 12 etapas. Apresentado em reunião no Centro Administrativo do Poder Judiciário, o plano traz como ações prioritárias as audiências de custódia, cadastro de presos e as medidas socioeducativas na área da criminalidade infantil, apoiando os magistrados que atuam diretamente com a questão. “Atuaremos de forma contínua e efetiva para cumprir rigorosamente

nosso organograma de trabalho, fazendo o monitoramento de presos e relatórios sistemáticos com números atualizados sobre o sistema carcerário”, explica o desembargador Froz Sobrinho, acrescentando que “a identificação dos detentos é de suma importância para a solução dos problemas que envolvem a questão carcerária no Estado”. Sobre a questão da criminalidade infantil, o magistrado falou que o crime organizado está usando menores para práticas delituosas. Segundo ele, o objetivo é evitar que adolescentes sigam o caminho da criminalidade.